



O FOMENTO À PARTICIPAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS/AS USUÁRIOS/AS E A DIMENSÃO PEDAGÓGICA DOS CENTROS POP.

FREITAS, Renata Martins de
ARAGÃO, Suelen Gurgel de
GOMES, Francidélia Lima
ALVES, Rosinéa Duarte

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo problematizar sobre a dimensão pedagógica ou socioeducativa da intervenção nos Centros de Referência Especializados Para População em Situação de Rua, argumentando que se trata de uma dimensão central neste serviço. O trabalho ocorre com ênfase em uma das possibilidades desta dimensão, qual seja o estímulo à mobilização, organização e participação de usuários/as do serviço. Buscam-se dados sobre como o tema em tela vêm sendo efetivado nos Centros POP brasileiros e realizam-se ponderações iniciais acerca de tais dados, detectando as referidas ações ainda carecem de fortalecimento, assim como a participação dos usuários no cotidiano dos serviços.

PALAVRAS-CHAVE: Centro POP; Dimensão Pedagógica; Participação.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem a finalidade de expor e problematizar dados acerca do incentivo à participação e mobilização dos usuários/as dos Centros de Referência Especializados Para População em Situação de Rua, à luz de uma bibliografia sobre população em situação de rua e sobre assistência social, numa perspectiva crítica. Defendemos que a Assistência Social pode adquirir uma vocação para fomentar resistências e incentivar a formação de sujeitos políticos, sendo esta uma tarefa fundamental dos Centros POP, a partir de uma dimensão interventiva socioeducativa.

Os Centros de Referência Especializados Para População em Situação de Rua (Centros POP) devem - de acordo com Brasil (2011) - constituírem-se em espaços de referência, convívio e construção de novas sociabilidades para pessoas em situação de rua, distintos daqueles das instituições de acolhimento institucional. Eles foram criados a partir do Decreto 7053/09 ou Política Nacional Para População em Situação de Rua.

Buscamos compreender a partir do questionário nacional Censo SUAS de 2015¹, como os Centros POP têm realizado suas atividades junto à população usuária e priorizado

¹ O Censo SUAS é um questionário eletrônico preenchido anualmente pelas secretarias para levantamento de dados sobre a política de assistência social em todos os níveis de governo. Informações obtidas em <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/374>, acessado em 02/06/2017.



ou não atividades que materializem esta dita dimensão socioeducativa, sobretudo a partir do incentivo à mobilização, organização e participação social.

Inicialmente realizamos uma breve contextualização do Centro POP no campo da política de assistência social e na relação da população em situação de rua com o Estado. Também anunciamos a concepção de Estado que norteou nossas considerações.

Em um segundo momento, apresentamos dados do Censo SUAS dos Centros POPs brasileiros, buscando compreender como o estímulo à mobilização, participação e organização tem sido realizado no cotidiano dos serviços, problematizando tais dados a partir da consideração deste estímulo como parte da dimensão interventiva socioeducativa.

Por fim, realizamos ponderações acerca dessa dimensão pedagógica ou socioeducativa e sobre alguns de seus limites.

2. CENTROS POP: população em situação de rua e Estado.

O Centro de Referência Especializado Para População em Situação de Rua – Centro POP é uma unidade inserida na política de assistência social brasileira. Sua criação fora instituída a partir da Política Nacional Para População em Situação de Rua (Decreto 7053 de 23 de dezembro de 2009).

O Decreto 7053/09² ou Política Nacional Para População em Situação de Rua (PNPR) fora instituído após Encontros e debates entre o governo federal, grupos que atuavam junto a este público (profissionais, grupos religiosos, ONGs, representantes do Estado) e representações da população em situação de rua, com destaque para o Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR), fundado em 2005.

Podemos dizer que a existência de Centros POP em todo o país, assim como de uma política que traga à tona a população em situação de rua como sujeito de direitos, são importantes conquistas para este público, que constitui um fenômeno caracterizado por ser uma grave expressão da questão social nas palavras de Silva (2009).

A questão social é um processo gerado no seio das sociedades capitalistas, a partir da produção coletiva, mas apropriação privada da riqueza, gerando desigualdades, mas também inconformismos e lutas. Lutas estas que trouxeram visibilidade à questão e a atuação do Estado, que, conforme esta interpretação atua no sentido da manutenção da ordem capitalista burguesa em vigência e da divisão da sociedade em classes sociais, entre

² Para melhor compreensão do Decreto 7053/09 a partir de algumas possibilidades, limites e fragilidades, vide Freitas (2016).



classe burguesa e a classe que vive do trabalho. (IAMAMOTO,2009; SILVA,2009; COUTINHO,2000).

A questão social fora tratada pelo Estado ao longo do tempo a partir do binômio assistência focalizada e repressão. Observamos que no caso da população em situação de rua não é diferente. Como expressão desta questão social, tem como especificidade a ocupação do espaço público das cidades para reproduzir sua vida. Na maioria dos casos, possuem fragilização ou rompimento de vínculos familiares e comunitários, vivendo em situação de pauperismo. Vivenciam violência, criminalização, dificuldade de acesso a bens e serviços e discriminação. Em geral estão nos grandes centros urbanos, onde buscam meios de promover, ainda que de maneira precária, sua reprodução social. São vistos por grande parte das pessoas como sujeitos com potencial para delinquir, sendo sujeitos a atitudes discriminatórias e preconceituosas em seu cotidiano. E dificilmente há reflexões, seja por parte da sociedade em geral, seja por parte dos sujeitos que efetivam as ações do Estado, sobre o contexto de produção e reprodução do fenômeno. O que existe de maneira ainda predominante é sua naturalização e culpabilização individual dos sujeitos pela condição em que se encontram, isentando-se o Estado da responsabilidade em enfrenta-lo. (SILVA, 2009; IAMAMOTO, 2009; VALENCIO et al, 2008; VARANDA e ADORNO, 2004).

Mesmo com a publicação do Decreto 7053/09 e ainda nos dias atuais, vemos que o Estado continua tendo uma relação de proteção e desproteção junto à população em situação de rua (REIS, 2014): oferta serviços no âmbito da saúde e da assistência social, por exemplo, mas também é violador dos direitos deste público, também atuando no sentido da repressão³. Ainda assim, há que se reconhecer que importantes demandas das pessoas em situação de rua foram incorporadas pelo Estado nos últimos anos. Isto nos faz concordar com as ponderações de Boschetti (2016), que admite que como resultado da luta de classes, o Estado vez por outra incorpora demandas das classes trabalhadoras, através de direitos, políticas sociais, entre outras ações. E que tais direitos também podem ser vistos como conquistas civilizatórias importantes para as classes trabalhadoras, estando no plano do que se convencionou chamar de “cidadania”, que corresponde ao lugar da emancipação política.

³ Para comprovar atuais investidas do Estado no sentido da “repressão” e “violência” em relação à população em situação de rua, podemos consultar o Relatório “Violações de Direitos da População em Situação de Rua nos Meses que antecedem a realização da Copa do Mundo”, do Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis (CNDDH), disponível em <http://apublica.org/wp-content/uploads/2014/06/Viola%C3%A7%C3%B5es-Copa-do-Mundo-12-06-14-1.pdf>, acessado em 01/10/2016.



O lugar da assistência social (na qual o Centro POP está inserido) no terreno da construção dos direitos de cidadania na atualidade da crise do sistema capitalista é apreendido por Boschetti (2016). Esta trata da centralidade adquirida pela assistência social, que deveria ser uma política subsidiária e da retração dos demais direitos sociais, como trabalho, saúde e previdência, entre outros. Duriguetto (2014) pondera sobre o que chama de “assistencialização da seguridade social”. E no caso da população em situação de rua, esta sempre fora tida como “caso” a ser tratado prioritariamente pela assistência social, quando se trata de direitos sociais, conforme vemos em Silva (2006).

Diante do cenário apresentado, autoras concordam que a assistência social deve ser defendida como um direito, mas que este direito não pode sobrepor-se a direitos como os trabalhistas e previdenciários. A assistência deve ser uma política em que predomine a organização e mobilização populares, retomando um direcionamento insurgente, materializado pela participação popular não somente nas instâncias de controle social das políticas públicas, mas também no incentivo ao direcionamento crítico e de diálogo com movimentos sociais. (PAIVA et.al. 2010; BOSCHETTI, 2016).

Tanto o direcionamento insurgente quanto um direcionamento baseado em estratégias conservadoras de integração social são possibilidades de uma importante dimensão interventiva da assistência social: sua dimensão pedagógica, que interfere nas formas de viver, pensar e agir dos sujeitos. E esta intervenção pode ser realizada com diversos direcionamentos e pode ser materializada através do estímulo e fortalecimento de lutas, da organização e da participação de usuários/as dos serviços em espaços de controle social. (IAMAMOTO, 2009; DURIGUETTO, 2014).

No que tange ao Centro POP, admitimos que este é parte da política de assistência social, herdando a dimensão pedagógica que permeia esta política, mas é central no trabalho dos Centros de Referência Para População em Situação de Rua. Entretanto, neste trabalho cabe-nos destacar suas especificidades, que estão relacionadas à sua dinâmica cotidiana e ao público ao qual atende.

De acordo com Brasil (2011) que versa sobre as orientações técnicas para funcionamento do Centro POP, o serviço possui como finalidade o “acompanhamento especializado com atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, resgate, fortalecimento ou construção de novos vínculos interpessoais e/ou familiares, tendo em vista a construção de novos projetos e trajetórias de vida (...)”. (p.67). Trata-se de finalidade com requisições pedagógicas de desenvolvimento de “sociabilidades”. Traz em



seu texto a importância do incentivo à mobilização, organização e participação, sendo este incentivo um dos eixos norteadores do serviço.

Reis (2014) trata da importância de que os Centros POP não se tornem apenas serviços emergenciais, mas que vivenciem a construção de um sentido ético-político, uma compreensão “política, histórica, econômica e social” daquilo a população em situação de rua experienciam em seu cotidiano.

Diante do que vimos até aqui, cabe enfatizar que analisamos que a dimensão pedagógica da atuação dos Centros de Referência Especializados Para População em Situação de Rua pode e deve ser trabalhada em pelo menos quatro frentes: Junto à população usuária do serviço, junto à comunidade ou sociedade, direcionada à rede de serviços e também direcionada aos trabalhadores/as do próprio Centro POP.

A pretensão aqui é a de trabalhar esta intervenção pedagógica ou socioeducativa a partir de uma de suas possibilidades, o estímulo à organização, mobilização e participação de usuários/as do serviço.

3. DADOS SOBRE ESTÍMULO À PARTICIPAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DOS/AS USUÁRIOS/AS NOS CENTROS POP.

A dimensão pedagógica constitui intervenção central no trabalho nos Centros POP e pode ser observada através do incentivo à mobilização, organização e participação social, dentre outras estratégias. Diante disto, aferiremos dados relativos a estes quesitos, que constam no Censo SUAS dos Centros POPs brasileiros referentes ao ano de 2015.

Em Brasil (2015) vemos que 235 Centros POP responderam ao questionário. No que tange ao vínculo dos/as trabalhadores/as, apenas 37,5% são servidores públicos estatutários/as e 7,3% são empregados públicos via CLT. Os/as demais são servidores temporários, terceirizados, outros vínculos não permanentes, comissionados, trabalhadores de empresas, não possuem vínculo ou são voluntários, sendo que os dois últimos somados são 1,3%. Observamos aqui que a condição de empregado, ainda que com vínculo estável, é um fator que pode ser limitador das ações profissionais, uma vez que dependem de subsídios fornecidos pelo empregador. Muitas das vezes atua-se a partir de vínculos precários de trabalho, como é o caso da maior parte dos/as trabalhadores/as dos Centros POP. Este é um fator que pode interferir na intervenção junto à população usuária e um desafio a ser enfrentado pelas equipes profissionais para desenvolvimento de seu trabalho.

Sobre as abordagens sociais, observamos que 96,2% dos municípios que responderam a questão utilizam como parâmetro para as idas aos territórios as “denúncias”



ou comunicados da população e apenas 46,2% os diagnósticos e planejamentos pelo órgão gestor. Podemos inferir a partir disto que as abordagens sociais podem ser planejadas, mas que este planejamento ocorre mais em função de “denúncias” do que da intencionalidade em ir até os espaços públicos e realizar trabalhos mais sistemáticos. Denúncias não necessariamente são sistemáticas. Muñoz (2011) analisa que a abordagem é o primeiro passo do processo socioeducativo, devendo ter sua continuidade naquilo que ele chama de “espaço-dia”, que desenvolveria um trabalho correspondente ao do Centro POP. Concordamos com esta análise sobre o papel socioeducativo das abordagens sociais. Muitas das vezes elas são a primeira oportunidade de acesso à população usuária dos serviços e todo o trabalho a ser desenvolvido.

Das ações desenvolvidas pelos Centros POP, das 24 elencadas, as “ações de mobilização e participação social” aparecem como a décima sétima, sendo realizadas por 77% entre os que responderam. Predominam os “encaminhamentos” em geral como principais atividades realizadas na realidade. Isto pode indicar o quanto os atendimentos individualizados têm predominado sobre as ações coletivas potencializadoras de soluções coletivas para as questões levadas pelos/as usuários/as, conforme nos indica Duriguetto (2014).

Sobre o tópico “Oficinas e atividades em grupos com temas transversais”, 13,6% não realizam, 62,1% realizam com periodicidade programada e 24,3% realizam sem periodicidade programada. Entre os temas abordados nas oficinas e atividades em grupo predominam “saúde” (94,1%) e direitos e programas sociais (90,6%). A “Participação dos usuários em espaços democráticos” figura como a sétima temática, entre as doze elencadas, sendo trabalhada em apenas 54,7% dos Centros POP e a “Organização dos usuários em associações e comitês” figura como a última temática entre as 12 elencadas, sendo trabalhada em 19,2% dos Centros POP. Socializar informações sobre acesso a direitos e benefícios constitui-se uma das atividades relativas à dimensão interventiva de cunho socioeducativo e constitui-se em um dos temas privilegiados trabalhados nas atividades coletivas. A participação em espaços democráticos, no entanto, ainda é uma temática que não prevalece ou que é pouco explorada.

No que é concernente à participação de usuários/as nas atividades de planejamento dos Centros POP, temos o seguinte: Em 23,4% os/as usuários/as não participam das atividades de planejamento; Em 37,9% há participação, mas de maneira informal e ocasional; Em 23,8% há participação de maneira informal, mas constante e em apenas 14,9% há participação de maneira formal e regular. Nas unidades em que existe



participação de usuários/as, os mecanismos utilizados para tal são respectivamente: Convite para que usuários/as participem de reunião de planejamento da unidade (69,2%); Estímulo para formação de coletivos/comitês de usuários/as (35,2%); Outros (29,7%); existência de representante de usuários/as junto à unidade (17,6%); eleição para representante de usuários/as junto à unidade (12,1%) e apoio financeiro para participação em reuniões de planejamento junto à unidade (1,1%).

Podemos também notar que os Centros POP realizam articulações realizando atividades em parceria com movimentos sociais em 11% dos casos, reuniões periódicas em 8,9%, trocam informações em 11%, 17% dizem não possuir nenhuma articulação, ao passo que 49,8% responderam que “o serviço ou instituição” não existe no município ou DF.

Os dados acima vão à contramão do que nos indica Duriguetto (2014), segundo a qual a possibilidade interventiva de construção de estratégias coletivas demanda, por exemplo, estimulá-los à participação em organizações e movimentos sociais ou fomentar a criação desses quando inexistem; desenvolver ações de mobilização e organização popular nos espaços em que atuamos pela viabilização da participação dos sujeitos no processo de elaboração e avaliação das políticas e dos serviços que operamos. (p. 189).

Esta possibilidade participação democrática no cotidiano do serviço pode ser uma oportunidade para o desenvolvimento de novas formas de pensar e agir, trazendo à tona outras possibilidades de comportamentos e formas de viver, estimulando assim, reflexões a partir da materialidade da vida, da experiência dos sujeitos. As reflexões e processos experienciados no Centro POP podem ser formas de estímulo à participação crítica em outros espaços, sobretudo movimentos sociais. E, como vemos em Gohn (2013), a participação em movimentos sociais tem um caráter educativo para seus protagonistas, e que pode ser potencializador de novas redes de solidariedade e oportunidade de novas formas de vinculação comunitária.

Avaliamos, a partir dos dados, que sendo uma das atividades primordiais para o Centro POP, a partir de sua potencialidade para provocar novas formas de sociabilidade e do olhar crítico sobre a realidade, a organização, mobilização e incentivo à participação ainda são temáticas e ações pouco ou insuficientemente desenvolvidas. Inferimos que ainda falta inclui-las de maneira mais sistemática nos planejamentos das atividades, com objetivos bem definidos.

Observa-se, portanto, a necessidade do fortalecimento da dimensão pedagógica nos processos de trabalho dos Centros POP, mas não se pode correr o risco de não observar que tal processo é preñado de contradições e possibilidades que não são mensuradas pelo Censo SUAS e tampouco constam nas orientações técnicas da política pública. Dizemos isto, retomando a consideração realizada acima sobre as possibilidades “integradoras” e



“insurgentes” serem distintas e comportarem projetos interventivos, profissionais e de sociedade distintos.

Iamamoto (2009) reforça que a participação social deve extrapolar os espaços dos conselhos, e que urge a necessidade de retomar o trabalho de educativo de base e estímulo à organização e mobilização populares. Já Silva (2008), fala especificamente acerca da participação social da população em situação de rua, que por muito tempo fora vista como grupo de difícil organização, mas tem demonstrado potencial para a vida coletiva. Para ela, as experiências que aqui trazemos como parte da dimensão pedagógica do trabalho nos Centros POP podem gerar cidadãos críticos ou tarefeiros. Avaliamos que isto dependerá da direção e dos objetivos de tais ações. Couto (2015) e Boschetti (2016) indicam que o caminho é a politização para ampliação dos direitos sociais, a exploração das contradições inerentes à ordem capitalista, evidenciando-se espaços de luta coletiva, assim como em Paiva (2010) vemos a importância de associar os direitos sociais e a participação social à luta de classes.

Enfatizamos que todas estas considerações não descartam que as ações no âmbito do Estado e para seu fortalecimento encontram-se no plano da emancipação política e da cidadania, não sendo fatores que provocarão o “término” da sociedade de classes, mas que poderão contribuir para melhoria das condições de vida da população usuária.

Observamos o Censo SUAS 2015, um questionário que nos forneceu dados importantes no sentido de compreendermos números sobre o trabalho nos Centros POP, mas destacamos a importância de que seja realizada uma pesquisa qualitativa para compreensão da direção ideopolítica que tem tomado a dimensão pedagógica nos processos de trabalho.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo pretendeu explorar dados e tecer considerações iniciais acerca do estímulo à participação, organização e mobilização como possibilidades da intervenção pedagógica no âmbito dos Centros POP.

As orientações técnicas para seu funcionamento destacam que a finalidade principal do serviço faz-se a partir da construção de sociabilidades, tendo como importantes atividades o incentivo à organização, mobilização e participação social dos/as usuários/as dos serviços ao longo de todo o processo de trabalho, não apenas em situações pontuais. Participação esta que deve ocorrer desde o planejamento de atividades, construção de regras de convívio à formação de uma postura crítica acerca de sua realidade e mesmo do



movimento da sociedade como um todo, mas que, conforme vimos, ocorre de maneira pouco sistemática no cotidiano dos serviços.

Estas dimensões não têm objetivo messiânico, de “acabar com as desigualdades sociais”, mesmo porque esta não é uma tarefa possível no terreno da emancipação política, da cidadania, dos direitos, mas uma possibilidade mediante o acirramento da luta de classes. Além, disto, para que o trabalho tenha qualidade, fazem-se necessárias condições materiais para tal, não sendo prerrogativa apenas do/a trabalhador/a, que tem como uma das limitações para sua atuação a condição de assalariamento e o acirramento dos vínculos precarizados de trabalho, predominantes no caso dos Centros POP brasileiros.

A dimensão da qual tratamos neste trabalho pode ser observada a partir de atividades de organização, mobilização e participação social, e não necessariamente contribui para o protagonismo das classes subalternas. Ela tem direções distintas dependendo de seus objetivos. Faz-se necessário, portanto, que ela se materialize em atividades que evidenciem a luta de classes, as contradições da sociedade capitalista e as formas de luta das classes trabalhadoras, dialogando com movimentos sociais e incentivando as decisões coletivas a partir de um olhar crítico e politizador sobre a realidade. Para tanto, e diante dos desafios enfrentados por trabalhadores/as e sujeitos que efetivam as políticas sociais, compreende-se a importância da qualificação de tais sujeitos, assim como a apreensão de estratégias a partir do cotidiano.

REFERÊNCIAS

BOSCHETTI, I. Tensões e possibilidades da política de assistência social em contexto de crise do capital. In: **Argumentum** (Vitória). V.8, n.2, pp.16-29. Maio/Agosto: 2016.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado Para População em Situação de Rua – Centro POP**. Brasília, DF: 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Censo SUAS 2015 – Resultados Nacionais, Centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua, Centro POP**. Brasília, DF: 2016.

COUTINHO, C.N. **Notas sobre cidadania e modernidade**. In.: *Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo*. São Paulo: Cortez, 2000.

COUTO, B.R. Assistência Social: Direito Social ou Benesse? In: **Serviço Social e Sociedade**, n 124, out/dez 2015.

DURIGUETTO, M.L. Movimentos sociais e Serviço Social no Brasil pós anos 1990: desafios e perspectivas. In: ABRAMIDES, M.B.; DURIGUETTO, M.L. (orgs). **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014.



GOHN, M.G. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. 7 ed. RJ: Vozes, 2013. pp. 15-44.

IAMAMOTO, M.V. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social Contemporâneo. In: MOTA, A.E. (et.al., orgs). **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MUÑOZ, J. **(Des) territorialização, população de rua e o trabalho de assistentes sociais**. In: CFESS. **O trabalho do assistente social no SUAS: Seminário Nacional**. Brasília: CFESS, 2011.

PAIVA, B., et.al. Participação Popular e assistência social: contraditória dimensão de um especial direito. In: **R. Katál, Florianópolis**, v. 13, n. 2, jul./dez. 2010.

REIS, M.S. dos. **Centro de Referência Especializado Para População em Situação de Rua – Centro POP de Londrina (PR)**. Uma análise a partir da perspectiva dos usuários. (dissertação de mestrado). Londrina: UEL, 2014

SILVA, M. L. L. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno da população em situação de rua no Brasil 1995-2005**. 2006. Dissertação (Mestrado em Política Social)- Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Política Social, Brasília, 2006.

SILVA, M.L.S. **Trabalho e População em Situação de Rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

VALENCIO, N.F.L.S. et.al. Desterritorialização e Desfiliação social: uma reflexão sociológica sobre ações públicas junto à população em situação de rua. In: **Anais do Seminário Nacional População em Situação de Rua**. São Carlos: UFSCAR, 2008.

VARANDA, Walter; ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira. Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. In: **Saúde e Sociedade**. V.13, pp.56-69, jan/abr, São Paulo, 2004.